

ACESSO FÍSICO EM PRAÇAS: Componente fundamental para brincar

SESSÃO TEMÁTICA: ET2 - Dimensão humana do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

Valkiria Aires Viegas
IFMA (Instituto Federal do Maranhão)
E-mail: valviegas.arquiteta@gmail.com

Débora Garreto Borges
UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)
E-mail: deboragarreto@professor.uema.br

RESUMO

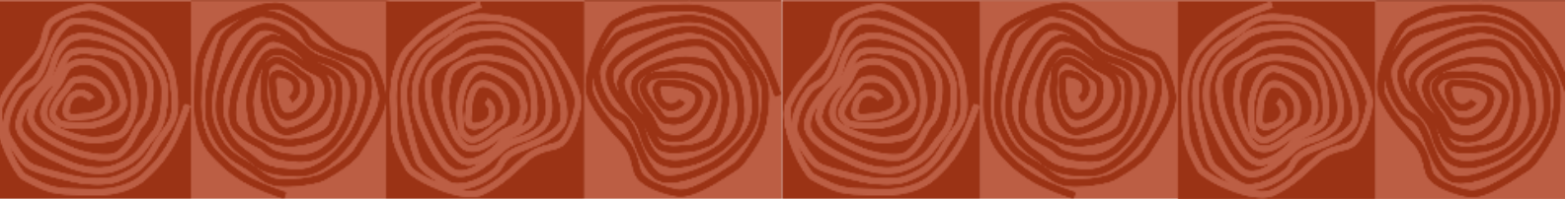
Este artigo investiga as condições de acesso físico em duas praças destinadas ao brincar — a Praça do Foguete e a Praça dos Bichos — situadas em São Luís (MA). O objetivo é avaliar em que medida tais espaços atendem aos princípios de acessibilidade previstos na legislação brasileira e nas normas técnicas vigentes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão documental e análise de campo. Para orientar a avaliação, utilizou-se um conjunto de diretrizes previamente desenvolvidas, envolvendo critérios como rampas e rebaixamento de guias. As praças foram analisadas por meio de observação direta e fotografias. Os resultados apontam lacunas significativas, e descumprimento de legislação. Conclui-se que, ainda há muito a ser implementado em relação ao acesso físico. O estudo reforça a necessidade de intervenções que integrem a acessibilidade como eixo estruturador dos espaços públicos de brincar.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade física; Espaços públicos inclusivos; Desenho Universal.

ABSTRACT

This article examines the conditions of physical accessibility in two public play plazas — Praça do Foguete and Praça dos Bichos — located in São Luís (MA), Brazil. The objective is to evaluate the extent to which these spaces comply with accessibility requirements established by Brazilian legislation and applicable technical standards. The study adopts a qualitative methodological approach, based on documentary analysis and on-site field assessment. The evaluation is guided by a previously developed analytical framework comprising accessibility criteria, including, but not limited to, the provision of ramps and curb cuts. Data collection was conducted through systematic direct observation and photographic documentation. The findings reveal substantial deficiencies and instances of non-compliance with regulatory requirements. It is concluded that significant improvements are still required to ensure adequate physical accessibility. The study underscores the need for targeted interventions that incorporate accessibility as a fundamental structuring principle in the design and qualification of public play environments.

KEYWORDS: Inclusive playgrounds; Accessibility design; Universal design.



1 INTRODUÇÃO

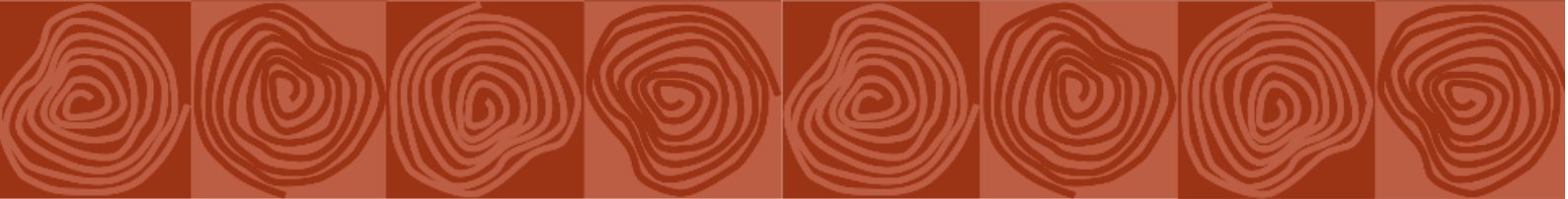
A exclusão vivenciada por crianças com deficiência em praças e ambientes lúdicos urbanos não é um fato isolado, mas o reflexo de cidades ainda projetadas para um “usuário padrão”, que raramente considera corpos diversos, modos distintos de mobilidade, percepção e interação. Esses espaços deveriam promover autonomia, descoberta, socialização e diversão, no entanto, impõem barreiras que impedem ou limitam o brincar. Seja pelos pisos irregulares que dificultam o deslocamento, por falta de elementos sensoriais para orientação espacial, ou ainda, de brinquedos inacessíveis para crianças usuárias de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, a participativa efetiva do brincar, acaba sendo interrompida quando a criança não encontra meios de acessar.

Essa problemática se intensifica porque afeta não apenas o direito ao uso do espaço, mas também o direito à imaginação, ao pertencimento e à convivência plena. Ao serem excluídas do brincar, essas crianças têm reduzidas oportunidades de interação social e de desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas mediadas pela exploração do ambiente. A invisibilidade projetual do público com deficiência, somada à ausência de manutenção e oferta de equipamentos baseados no desenho universal, resulta em espaços lúdicos que selecionam quem pode brincar e quem apenas observa.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar teoricamente a acessibilidade de duas praças: a Praça do Foguete e a Praça dos Bichos, ambas situadas em São Luís (MA). Tomando como referência um conjunto de diretrizes projetuais desenvolvidas em estudo anterior. Essas diretrizes foram elaboradas a partir de revisão normativa, estudos de manuais de acessibilidade e análises de projetos de referência, estão divididas em sete componentes essenciais: Acesso físico; Mobiliários e equipamentos acessíveis; Sinalização e orientação; Área para o acompanhante; Sanitários acessíveis; Iluminação e Vegetação; Interação Social. No entanto, aqui abordaremos com maior destaque o Acesso físico e seus desdobramentos.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão documental e análise empírica. A revisão documental abrangeu o marco legal brasileiro e normas técnicas pertinentes, especialmente a NBR 9050 (ABNT, 2020). A etapa empírica consistiu em visitas técnicas à Praça do Foguete e à Praça dos Bichos, nas quais foram registradas rampas, rebaixamentos de calçadas, rotas acessíveis, tipos de piso, continuidade dos percursos e interligações entre ambientes. As praças foram analisadas por meio de fotografias, croquis e anotações. Os dados coletados foram organizados e comparados entre si, permitindo identificar conformidades, não conformidades e lacunas em relação às diretrizes utilizadas.

Assim, pretende-se contribuir para o debate sobre acessibilidade em praças para o brincar, reforçando a importância de projetos que contemplem a diversidade humana desde a concepção. Os resultados discutidos aqui têm potencial de orientar novas práticas projetuais e políticas públicas, colocando a acessibilidade como princípio estruturante da qualidade espacial e como direito fundamental da infância.



2 A IMPORTÂNCIA DE DIRETRIZES DE PROJETOS PARA PRAÇAS INCLUSIVAS

As praças desempenham um papel fundamental na infância, oferecendo um ambiente rico e estimulante para as crianças explorarem, interagirem e brincarem. Além disso, são espaços de encontro e interação social, onde as crianças têm a oportunidade de fazer novos amigos, aprender a compartilhar, negociar e resolver conflitos de forma independente.

2.1 A importância das praças na infância

Esses espaços têm um papel crucial não apenas na socialização, mas também no desenvolvimento integral das crianças, proporcionando oportunidades para o aprimoramento de habilidades físicas, cognitivas, sociais e psicológicas por meio da atividade do brincar (Souza & Vieira, 2004).

Por muitas vezes, as crianças com deficiência são excluídas do brincar em ambientes públicos, restringindo às atividades terapêuticas em clínicas. Quanto às limitações nas oportunidades de brincar, Sousa, Figueiredo e Silva (2017) destacam que as restrições nas experiências lúdicas devido a barreiras físicas, sociais, pessoais e ambientais podem resultar em outras incapacidades, de natureza social e emocional, conhecidas como deficiências secundárias. Essas deficiências estão relacionadas às dificuldades de participação social, as quais podem impedir o desenvolvimento e a realização plena, ao prender a pessoa em uma rede de barreiras atitudinais.

Sousa, Figueiredo e Silva (2017), relatam a ausência do brincar em famílias com crianças com deficiência, pois as atividades recreativas geralmente ocorrem em grupos pequenos, predominantemente envolvendo a dupla mãe-criança. Diante desse cenário, as praças podem oportunizar a ampliação dessa convivência restrita. Brincar em ambientes inclusivos permite que as crianças com deficiência interajam com seus pares e construam relacionamentos significativos. A acessibilidade em praças não beneficia apenas crianças com deficiência, mas toda a comunidade.

2.2 Diretrizes para projetos de Praças

A etapa anterior desta pesquisa — uma monografia concluída em 2024 no curso de Arquitetura e Urbanismo — estruturou um conjunto de diretrizes composto por sete componentes essenciais: acesso físico, mobiliário e equipamentos acessíveis, sinalização e orientação, áreas para acompanhantes, banheiros acessíveis, iluminação e vegetação, e interação social. Cada componente agrega critérios fundamentados em normas, manuais e projetos referenciais, formando uma base consistente para análises comparativas e articulando requisitos técnicos a princípios inclusivos. Embora todos contribuam para uma acessibilidade ampla e integrada, o Acesso Físico destaca-se como eixo estruturador, pois determina as condições de chegada, entrada e circulação de todos os usuários, incluindo crianças com deficiência e demais pessoas. Sem rampas adequadas, calçadas acessíveis, travessias seguras, pisos regulares, vagas reservadas e rotas contínuas, os demais componentes perdem eficácia, tornando inviável o pleno uso e participação nos espaços destinados ao brincar.

3 PRAÇAS DO ESTUDO

O descaso de órgãos estatais é notório na vivência de praças, segundo Cambianghi (2012), apesar da constituição brasileira de 1988, incorporar os direitos das pessoas com deficiência ao seu texto, o Estado em nível federal, estadual e municipal, pouco tem executado na prática. A autora ressalta, também, que as conquistas e avanços nesse sentido decorrem da mobilização de familiares de pessoas com deficiência, bem como entidades e coletivos organizados.

A falta de comprometimento com a acessibilidade é constante, e isso fica evidente ao avaliarmos duas praças de São Luís (MA): A praça do Foguete e a praças dos bichos, voltadas para o público infantil, com brinquedos e inspirações lúdicas do imaginário infantil.

3.1 Praça do Foguete

Inicialmente chamada Praça da Lagoa da Jansen, a atual Praça do Foguete passou por reforma e ampliação em 2017, consolidando-se como um importante espaço de lazer familiar em São Luís (MA), especialmente voltado às crianças. Com cerca de 13.170 m² e inaugurada em sua primeira etapa em 2016, destacava-se por incluir dois brinquedos acessíveis para cadeiras de rodas, promovendo a inclusão social, embora tais equipamentos não tenham sido encontrados nas visitas realizadas em 2023 e 2024, possivelmente removidos em reformas posteriores. Hoje, a praça dispõe de dois playgrounds destinados a diferentes faixas etárias (0 a 5 anos e até 12 anos), além de áreas de contemplação, bancos distribuídos ao longo do espaço, árvores pouco sombreadas e amplas áreas de circulação, configurando um ambiente recreativo diversificado, porém com desafios relacionados à manutenção da acessibilidade original.

Figura 01 –Praça do Foguete & Lagoa da Jansen – São Luís (MA)



Fonte: Autoral, 2024

A segunda etapa da obra, onde recebeu o nome de Praça do Foguete, segundo Governo do Estado (2017), a obra teve inspiração na Praça da Cidade, em Brasília, e todo do planejamento é voltado para o destaque do brinquedo, que possui, aproximadamente, 10 metros de altura.

Figura 02 – Brinquedo Foguete



Fonte: Acervo pessoal, 2024

É confeccionado em chapa metálica de alta resistência e composto de quatro partes interligadas: o foguete, o tubo (que possui duas rampas e um patamar no meio), a ponte e mais um patamar. As cores vibrantes (vermelha e amarela) têm a intenção de incentivar a imaginação. Mas não é acessível.

3.2 Praça dos Bichos no Rangedor

A Praça dos Bichos com, aproximadamente, 10.470,00m², foi inaugurada em abril de 2022, localizada no Parque do Rangedor em São Luís (MA). Localizada na rua dos Búzios, paralela à avenida do Holandeses, uma das principais avenidas de São Luís. É um espaço público especialmente projetado para proporcionar experiências lúdicas e educativas para crianças. O ambiente é decorado com esculturas de animais em maior escala, possui playground e área gramada que é bastante utilizada para piquenique.

Figura 03– Setorização Praça dos Bichos



Fonte: Autoral, 2024

Análise do espaço considerou a divisão da Praça dos Bichos em oito setores: estacionamento, área de alimentação, circulação, banheiros, fonte d'água, área de piquenique, área de exposição e brincar, e deck de madeira. O estacionamento é amplo e organizado em três lotes, quatro ruas paralelas e duas transversais, incluindo vagas preferenciais. A área de alimentação conta com sete lanchonetes distribuídas ao redor de um espaço central com mesas e cadeiras. O principal atrativo da praça são as esculturas ampliadas de animais, muito diversas, de borboletas à crocodilos, complementadas por áreas verdes, bancos para descanso e playground.

Figura 04 – Animais da Praça dos Bichos



Fonte: Autoral, 2024

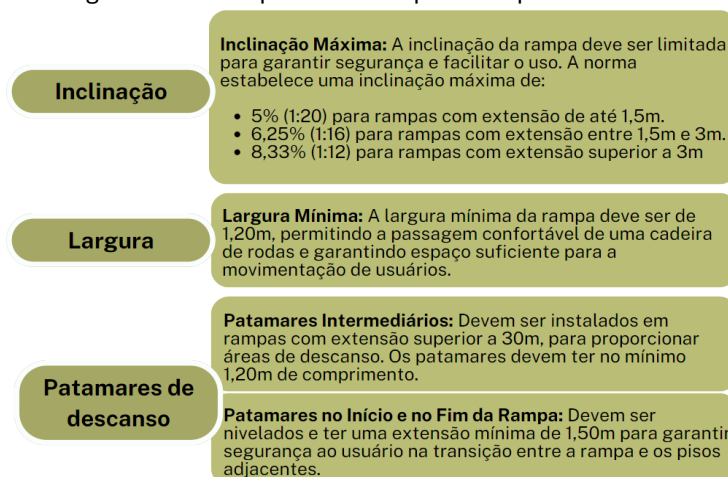
4 ACESSO FÍSICO

O acesso físico, em praças é um elemento essencial para promover a inclusão e a participação de todas as pessoas e garantir que sejam acessíveis. Significa considerar diversos aspectos, tais como: rampas, rebaixamento de calçadas, estacionamentos, deslocamento no interior das praças e tipos de pisos. Cada um desses elementos desempenha um papel crucial para assegurar a acessibilidade. E devem ser avaliados individualmente nas suas características em suas conexões com o entorno.

4.1 Rampas

A rampa é um dos componentes fundamentais para garantir o acesso seguro e confortável a praças, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Aqui destacamos as principais especificações abordadas nas normas:

Figura 05 – Principais critérios para rampas acessíveis

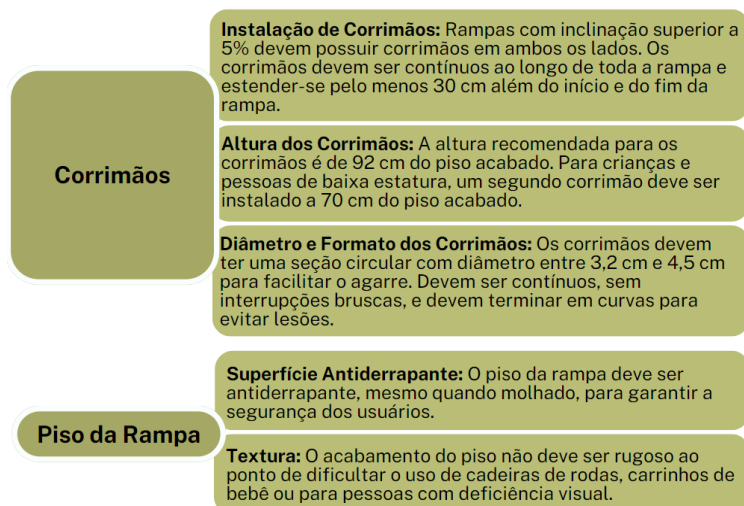


Fonte: Autoral, 2024

Os requisitos técnicos para o projeto de rampas acessíveis abrangem elementos fundamentais, inclinação, largura mínima e patamares de descanso, que asseguram deslocamento seguro, confortável e autônomo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. As inclinações máximas variam conforme a extensão da rampa, ajustando o esforço necessário para usuários de cadeira de rodas e equilibrando segurança e viabilidade construtiva. A largura mínima de 1,20 m garante circulação confortável e sem obstruções, enquanto os patamares, tanto intermediários quanto

localizados no início e no término das rampas, oferecem áreas de transição e descanso indispensáveis para evitar acidentes e facilitar o percurso. Em conjunto, esses parâmetros evidenciam que acessibilidade vai além da simples presença de uma rampa: envolve o cumprimento rigoroso de critérios. Também é necessário atentar para corrimão e pisos.

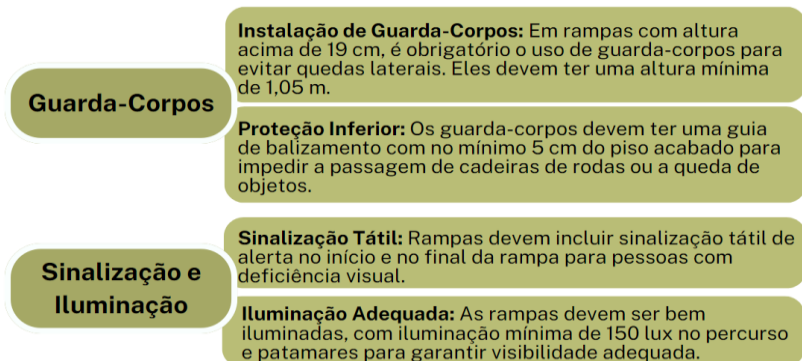
Figura 06– Principais critérios para rampas acessíveis – Corrimão e Piso



Fonte: Autoral, 2024

Os requisitos para corrimãos destacam a obrigatoriedade de sua instalação em rampas com inclinação acima de 5%, garantindo apoio contínuo e seguro ao usuário, enquanto as duas alturas recomendadas, 92 cm e 70 cm, asseguram acessibilidade para pessoas de diferentes estaturas, incluindo crianças. As orientações sobre diâmetro e formato reforçam a importância da ergonomia, permitindo preensão adequada e prevenindo acidentes. Quanto ao piso da rampa, a norma enfatiza a necessidade de superfícies antiderrapantes, mesmo quando molhadas, para reduzir riscos de escorregamento, além de orientar que a textura seja segura, porém sem excessiva rugosidade, assegurando conforto e mobilidade. E mais, é essencial a sinalização e iluminação adequadas, e algumas rampas exigem guarda-corpo:

Figura 07 – Principais critérios para rampas acessíveis - Guarda-corpos e Sinalização



Fonte: Autoral, 2024

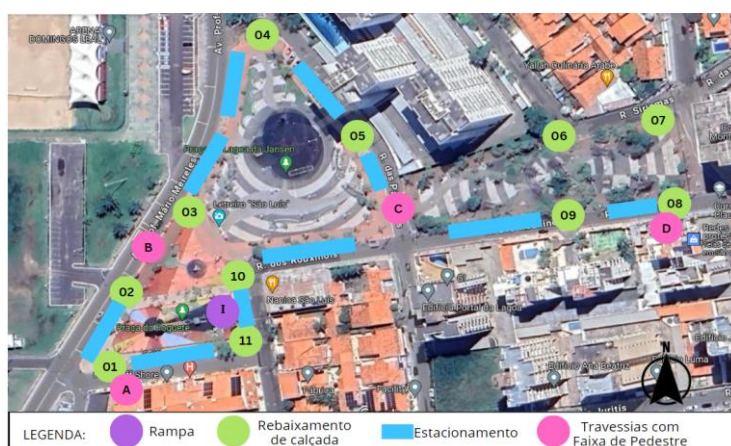
Os guarda-corpos são obrigatórios em rampas com altura superior a 19 cm, garantindo segurança contra quedas laterais por meio de uma altura mínima de 1,05 m e de uma proteção inferior com guia de 5 cm que impede o deslizamento de rodas. Já a sinalização e a iluminação desempenham papel fundamental na orientação e segurança dos usuários:

a sinalização tátil no início e no final das rampas auxilia pessoas com deficiência visual ao indicar mudanças de inclinação, enquanto a iluminação mínima de 150 lux assegura visibilidade adequada em todo o percurso, prevenindo acidentes e aumentando a segurança, especialmente à noite.

Para realizarmos a avaliação das rampas existentes nas praças, geramos um mapa de localização desses elementos.

Na Praça do Foguete, identificamos: uma rampa (em lilás no mapa a seguir), que dá acesso ao brinquedo Foguete; onze pontos de rebaixamento de calçada (em verde e com indicação numérica); locais para estacionamento (em azul) e quatro pontos de travessias com faixa para pedestres (em rosa).

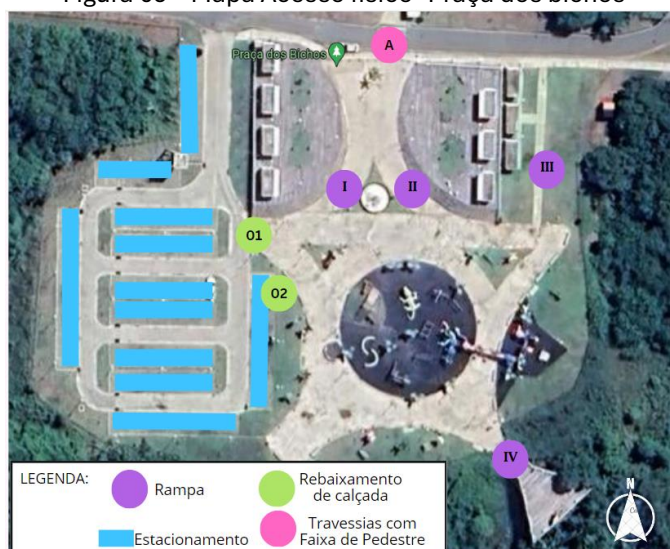
Figura 08 – Mapa Acesso físico- Praça Lagoa da Jansen/Foguete



Fonte: Autoral, 2024

Já Praça dos Bichos temos uma configuração bem diferente, um número maior de rampas pela topografia do terreno, e uma redução na quantidade de rebaixamento de calçadas. Assim, na configuração dessa praça temos: quatro rampas; dois rebaixamentos de calçadas; um ponto de travessia com faixa de pedestre e um estacionamento com 106 vagas, delimitadas:

Figura 09 – Mapa Acesso físico- Praça dos bichos



Fonte: Autoral, 2024

A rampa na praça da Lagoa da Jansen/Foguete, que dá acesso ao brinquedo Foguete, é um desnível de, aproximadamente, 60cm. A rampa apresenta uma inclinação compatível com a recomendação da ABNT.

Figura 10 – Rampa de acesso ao Foguete



Fonte: Autoral, 2024

No entanto, na avaliação do guarda-corpo observamos a ausência de guia de balizamento e de corrimão na altura recomendada, além de inexistência de sinalização em braile, que deveria estar no corrimão, e dos pisos táteis de alerta e direcional que não foram instalados.

A avaliação da rampa na praça dos Bichos temos quatro, com as seguintes configurações:

Figura 11 – Rampas Praças dos Bichos



Fonte: Acervo pessoal, 2024

As rampas I e II convergem para um trecho comum, ambas não apresentam guarda-corpo e nem corrimão. Possuem áreas onde o piso apresenta irregularidades e a inclinação é visivelmente superior a 8,33%. As mesmas não-conformidades se repetem na rampa III. Na rampa IV, apesar de haver guarda-corpo, ele não possui corrimão e, mesmo que houvesse, a sua utilização estaria comprometida, já que muitos obstáculos estão posicionados paralelamente a este item de acessibilidade e segurança para os usuários.

4.2 Rebaixamento de calçadas

O rebaixamento de calçadas, que é um tipo específico de rampas, é outro fator crucial para a acessibilidade em praças. Esses rebaixamentos devem ser projetados com inclinações suaves, preferencialmente não superiores a 8,33%, e devem estar alinhados com a faixa de pedestres para garantir uma travessia segura. Além disso, é importante que a superfície do rebaixamento seja antiderrapante e livre de obstáculos, proporcionando segurança para todos os usuários.

A NBR 9050 (ABNT,2020) estabelece critérios técnicos para o rebaixamento de calçadas, visando garantir segurança, conforto e autonomia. A seguir, estão as principais regras:

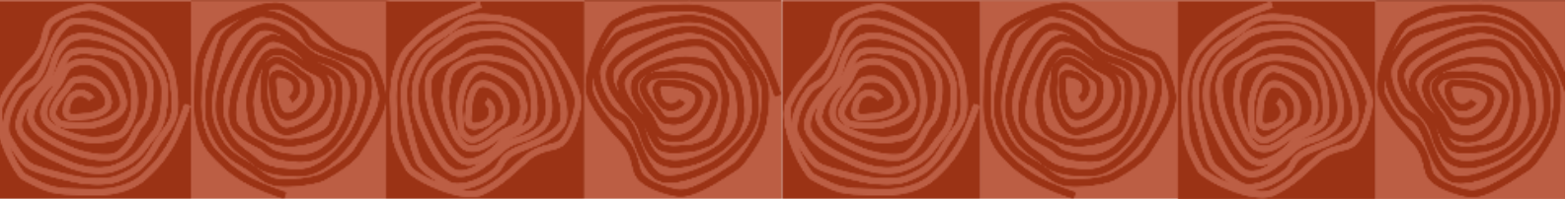
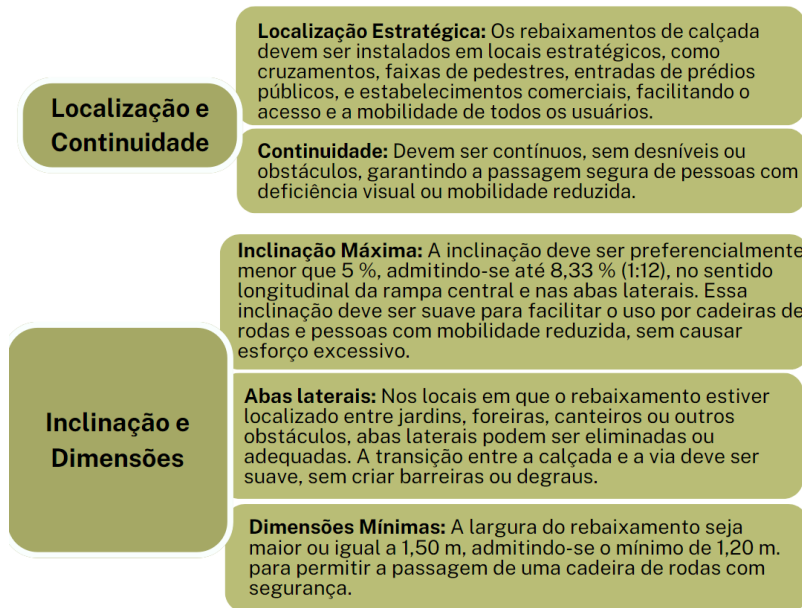


Figura 12 – Acesso Físico / Rebaixamento de calçadas



Fonte: Autoral, 2024

Na Praça da Lagoa da Jansen/Foguete, localizamos onze pontos de Rebaixamento de Calçadas, com as seguintes configurações:

Figura 13– Rampas da Praça Lagoa da Jansen/Foguete



Fonte: Acervo Pessoal e Google Maps, 2024

Pela configuração, é possível perceber, que os rebaixamentos da Praça da Lagoa da Jansen estão em não-conformidade com o recomendado na norma. Outro ponto a ser observado, é a localização e comunicação dos rebaixamentos com o entorno. Apenas o rebaixamento 01 e 08, são coincidentes com os pontos de travessias, mas do outrolado da rua não existe rebaixamento. Os demais estão localizados de forma aleatória, sem

conexão com uma rota acessível, conectam à pista de circulação de veículos, o que pode ser considerado um risco para os usuários.

Em relação à sinalização e piso tátil, existe o piso de alerta, mas está posicionado a menos de 50 cm do limite da calçada. Há cores em contraste como recomenda a norma, apesar de pontos de desgaste e acúmulo de poeira das obras do entorno.

Já na Praça dos Bichos há apenas dois rebaixamentos de calçadas. O primeiro é semelhante às recomendações dos rebaixamentos da praça anterior, e o segundo apresenta configuração e recomendação diferentes.

Figura 14- Rebaixamento das Calçadas da Praça dos Bichos



Fonte: Acervo Pessoal, 2024

O rebaixamento 01, utiliza um módulo de referência para pessoas em cadeiras de rodas, com dimensões mínimas, deixando de considerar as indicações das normas para aplicação nesse item de projeto. No rebaixamento 02, a norma orienta que, quando estiver localizado entre jardins, as abas laterais podem ser retiradas. Deste modo, esse rebaixamento está correto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das duas praças estudadas, a Praça do Foguete e Praça dos Bichos, evidencia que, embora ambas desempenhem papel relevante como espaços de convivência e lazer, ainda apresentam limitações significativas no que se refere ao acesso físico. As diretrizes utilizadas como referência permitiram identificar várias divergências, em relação as rampas adequadas e rebaixamento de guias, não estão plenamente atendidos conforme previsto na legislação. Essas lacunas comprometem a autonomia, segurança e participação plena de crianças com deficiência e demais usuários.

Os resultados demonstram que a acessibilidade ainda não é tratada como eixo estruturador do projeto dessas praças, mas como um conjunto de ajustes pontuais e, muitas vezes, insuficientes.

Diante disso, o estudo reforça a urgência de intervenções qualificadas, que incorporem o acesso físico desde as etapas iniciais de concepção projetual. Recomenda-se que futuras reformas e novos projetos adotem integralmente as diretrizes de acessibilidade, combinando legislação, normas técnicas e princípios do desenho universal.

Por fim, a pesquisa contribui para o campo ao evidenciar a distância entre o marco normativo e a prática, além de oferecer subsídios analíticos e técnicos que podem orientar ações dos gestores públicos, arquitetos, urbanistas e demais profissionais envolvidos na construção de cidades mais humanas e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2023.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3ª Ed. rev. – São Paulo: Editora Senac, 2012.

SHIMOSAKAI, Ricardo. **Regulamentação da LBI, a Lei Brasileira de Inclusão**. São Paulo, 2022. Disponível em: < <https://ricardoshimosakai.com.br/regulamentacao-da-lbi/> >

SOUZA, Daniele da Silva; DE FIGUEIREDO, Brenda Antunes; SILVA, Ângela Cristina Dornelas da. **O brincar de crianças com deficiência física sob a perspectiva dos pais**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, SP, v. 25, n. 2, p. 267–274, 2017. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1467>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Souza, A. M., & Vieira, M. L.. **Origens históricas da brincadeira**. Psicologia Brasil, 2004